

Oeste selvagem

2005. Ano 2 . Edição 7 - 1/2/2005

por Andréa Wolfenbüttel



Enquanto concentra munção para agilizar o início das obras de integração do rio São Francisco, o governo federal deixa de lado o urgente processo de licenciamento ambiental da pavimentação da BR 163, que liga Cuiabá a Santarém. Mais do que um simples asfaltamento, o Plano de Desenvolvimento Sustentável da rodovia, em fase de redação final sob a responsabilidade dos ministérios da Integração e do Meio Ambiente, prevê uma solução para os incontáveis conflitos agrários e ambientais da região. O embate local, sobretudo no estado do Pará, onde milhares de grileiros, madeireiros legalizados ou não, antigos colonos e agricultores disputam terras com todos os tipos de estratégias e armas, já rendeu mortes, incêndios criminosos, prisões e desmandos. O cronograma do processo de implementação do Plano está atrasado. Os madeireiros do oeste do Pará, tanto os que trabalham predatoriamente quanto aqueles que utilizam técnicas de manejo, afinaram o coro e articularam suas reclamações, em forma de protestos, entrevistas e declarações públicas. Eles afirmam que o Ministério do Meio Ambiente havia se comprometido a liberar pelo menos 33 planos de manejo, pelos quais eles ficariam autorizados a retirar madeira de áreas de 500 hectares, de maneira planejada e sustentável. Mas a liberação esbarrou na falta da regularização das propriedades e no desaparecimento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Agora, os madeireiros ameaçam com a demissão de 270 mil empregados e com um colapso na economia de várias cidades da região, dependentes das serrarias.